



**ACÓRDÃO Nº923/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10694/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Eirunepé.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 936/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Eirunepé. Exercício de 2014.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Arquivamento. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Eirunepé de responsabilidade do **Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro**, exercício de 2014, Vereador Presidente da Câmara à época e Ordenador de Despesa, com base nos artigos 22, III, "b" e "c", c/c o art. 25, caput, da Lei Estadual nº 2.423/1996-LO/TCE;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro** no valor de **R\$ 4.400,00** (quatro mil e quatrocentos reais) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Eirunepé, nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE, por descumprimento de improbidades apontadas;
- 10.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro** no valor de **R\$ 91.200,00** (noventa e um mil e duzentos reais) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Eirunepé, nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE, por descumprimento de/pelas improbidades apontadas;
- 10.4. **Aplicar Multa** ao **Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro** no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e



**ACÓRDÃO Nº923/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

doze centavos), nos termos do artigo 54, II, III, IV e VI, da Lei 2.423/96 (Lei Orgânica) em virtude das impropriedades não sanadas, por infringir as determinações legais conforme já apresentado, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.5. Recomendar a Câmara Municipal de Eirunepé que:**

**10.5.1. Atualize** e alimente o sistema E-CONTAS, dos atos jurídicos (Termos de Contratos, Convênios e Licitações), bem como notas de empenhos, etc.;

**10.5.2. Implante** o Cadastro de fornecedores, conforme dispõe o art. 34 da Lei nº. 8.666/1993;

**10.6. Arquivar** o processo após cumprimento das medidas acima, destes autos e de seus apensos, nos termos regimentais;

**10.7. Dar ciência ao Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro e aos demais interessados** desta decisão.

**11- Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 17 de Setembro de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado), Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral